

Psicanálise&Barroco em revista

(ISSN:1679-9887)

www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista

Editorial – Revista v. 13 n. 02

Em tempos conturbados no cenário político, econômico, ético, social, tanto em termos nacionais quanto internacionalmente, chegamos a mais uma edição de Psicanálise e Barroco em Revista, motivados a focalizar nesse número a temática que articula subjetividade e cultura. A Jornada da linha de pesquisa Memória, Subjetividade e Criação do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO, ocorrida no segundo semestre desse ano, corroborou com alguns dos artigos aqui selecionados. Como forma de costurar esses dois campos, a subjetividade e a cultura, partimos da memória e mais, da memória como lugar de produção de resistências e permanente atividade criativa. Assim, é com grande prazer que apresentamos nesse número, essa nova seleção de artigos.

Devemos ressaltar que a resistência é aqui concebida não apenas como um ato de revolução ou ruptura, mas como um ato inventivo, que se faz sempre que nos apropriamos das regras e costumes vigentes, mas não passivamente, e sim de uma maneira própria e criativa que os subverte, dando origem a algo, até então, inédito.

A memória perpassa todas as construções humanas, logo, todas as instituições se originam, se estruturam e se mantêm a partir de determinadas construções sociais de memória. O artigo **“Sistema prisional, memória e relação de poder”**, de Vivian Freitas De Mell e Lobélia da Silva Faceira, apresenta o sistema penitenciário brasileiro, como uma instituição social com viés, predominantemente, conservador, disciplinador e punitivo e a memória inserida nas relações de poder como instrumento de repressão e/ou resistência. O estudo respalda seu debate teórico a partir de Erving Goffman, Michel Foucault, Michael Pollak e da legislação específica do âmbito da execução penal, sendo a Lei de Execuções Penais.

Discutir as relações de poder e a memória que constitui a organização penitenciária no Brasil, é também liberar vias de repressão, e favorecer estratégias de resistência, e nesse sentido, o artigo **“O estranhamento no sistema carcerário da colônia correcional do Porto das Palmas”**, de Ana Luiza Castro do Amaral e Lobélia da Silva Faceira, versa sobre o primeiro presídio de segurança máxima do estado de São Paulo criado em 1908 para abrigar

os condenados pelo Decreto nº 145, de 1893, vulgarmente conhecida como Lei contra vadios, vagabundos e capoeiras. Era destinado à correção dos indivíduos que não optassem por uma vida regrada pelas normas estabelecidas, sendo os vadios aqueles que afrontavam a moral e os bons costumes com sua miséria e vícios, enquanto os capoeiras eram os que com sua rebeldia representavam uma ameaça à ordem pública. Retomando os escritos de Freud sobre o estranho, o autor nos relembra que o “eu”, enquanto uma unidade identitária é construído em oposição ao “não eu”, ou seja, aquilo que não reconheço como parte de mim, é logo excluído, segregado do meu eu, e se torna uma fonte para a qual posso dirigir minha agressividade. Anular a diferença, o estranho, o vagabundo que há em cada um de nós, é também gerar rejeição e recusa, de forma que essas divisões e segregações estão intimamente ligadas com a formação de grupos sociais e de coletivos identificatórios. O sistema prisional aparece assim como lugar de segregação e exclusão, e não de reabilitação, resistência ou ampliação de possibilidades.

Ainda abordando o sistema carcerário, Sebastião Cesar Meirelles Sant’Anna, no artigo **“Transexualidade, cárcere e direitos: a identidade de gênero em questão”**, discute a questão do transexual privado de sua liberdade, e a negação por parte do sistema carcerário em acolher sua identidade de gênero. Esses sujeitos precisam se adequar às normas institucionais estabelecidas, que os tratam a partir do seu sexo biológico, proibindo que mantenham seus caracteres sexuais secundários focados no sexo oposto. Sendo assim, não há o reconhecimento de seus parceiros sexuais, e conseqüentemente lhes são negadas as visitas íntimas e direitos concedidos a casais heterossexuais, bem como a manutenção dos cabelos longos dentre muitas outras privações. Esse ensaio tem como mote os parâmetros de acolhimento LGBT em privação de liberdade, o que o leva a discutir a transexualidade e a formação de gênero e orientação sexual a partir da subjetividade e da cultura que acolhe cada sujeito, e não de sua condição anatômica.

A sexualidade como um lugar de construção social, implica sempre em uma ação inventiva, nesse sentido, O artigo **“Mulher, tráfico de drogas e memória: entre a submissão e a resistência”**, de Fernanda Santos Curcio e Lobélia da Silva Faceira trata do fenômeno da inserção da mulher no tráfico de drogas pela perspectiva do gênero, evidenciando que esta ação ilegal assume uma dupla estratégia: como reprodução de uma memória de sujeição da mulher ao homem; ou, como uma memória criativa que se utiliza deste crime para resistir à posição de subalternidade que a mulher ocupa ao longo da história, valendo-se do tráfico como uma estratégia inventiva.

Ainda partindo do lugar conferido à mulher no discurso social, Vanessa Ferreira Gomes da Silva e Lobélia da Silva Faceira, no texto **“Mulheres iguaçuanas: entre o jurídico e o social”** aborda o conceito de violência conjugal, e faz uma discussão sobre a judicialização nas relações sociais, utilizando reflexões de Bourdieu, e Debert sobre o poder judiciário e os movimentos sociais, para analisar as políticas públicas e sua contribuição para a garantia de direitos avaliando o perfil das estruturas da rede de atendimento, segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2013 (IBGE) e dados institucionais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense para combater a violência contra a mulher no município. O Estado e suas políticas de atendimento à mulher poderiam ser uma via importantíssima de resistência, empoderamento e criação de novos lugares para a mulher na cultura, de forma que é essencial pensar e rever essa estrutura.

“Sons e afeto: trilhas para a produção de novas memórias na clínica da musicoterapia”, de Adhara Pedrosa e Jô Gondar, também partem de uma experiência no campo da saúde pública, mas especificamente, da saúde mental, contudo, propondo a musicoterapia como estratégia de intervenção. Diante de experiências traumáticas de dor, a sonoridade aparece como uma importante via de construção de sentidos e de novas memórias para estas experiências. Propõe-se a existência de uma memória não-representacional, de ordem corporal, caracterizada como fundamento inicial para a produção de memórias e de grandes mudanças subjetivas.

Ainda pensando nos dispositivos de saúde e políticas públicas, Rejane de Moura Nunes e Denise Maurano no artigo **“A escuta como estratégia de resistência política”**, apontam a escuta psicanalítica como uma importante estratégia de resistência inventiva diante dos discursos generalizantes que muitas vezes se impõem na cultura. Dar a um sujeito a possibilidade de se escutar, escutar sua própria fala, e se responsabilizar pelo seu modo de produção de vida, coloca-se como uma intervenção política preche de efeitos na sociedade.

Também partindo da escuta analítica como estratégia de resistência, o artigo **“A medicalização do mal-estar: a escuta psicanalítica como um modo de resistência”**, de Mylena Perez e Nilda Martins Sirelli, analisa a teoria freudiana sobre a constituição do psiquismo, situando o lugar do Outro como ponto de origem do aparelho psíquico e apresentando uma visão sociológica da pós-modernidade e suas principais características, para a partir daí travar um debate sobre a medicalização do sujeito pós-moderno como tentativa de calar o mal-estar que lhe é constituinte. Nesse contexto, a escuta psicanalítica

surge como lugar de oposição à tentativa de calar o sujeito, evidenciando as denúncias que ele pode fazer ao campo da cultura com o seu próprio sofrimento.

Luis Vinicius do Nascimento e Denise Maurano, no artigo **“O belo desejo da psicanálise”** traçam uma relação entre a questão do belo e do desejo a partir da ética da psicanálise. Ao considerar que a ética da psicanálise convoca ao comparecimento da causa do trauma, então é necessário recorrer ao véu do belo para que esta posição ética seja sustentável. O belo é aquilo que vela o inominável do desejo, a falta de objeto. Freud e Lacan localizam o belo, não como fuga, mas como participe da irrepresentabilidade da morte, uma forma de expressá-la. Assim, o belo também configura-se como uma forma de resistência frente ao horror da condição traumática e da barbárie.

Referindo-se também a dimensão do trauma, o artigo **“Pequenas memórias e o trabalho do trauma”**, Sonia C. de S. F. M. Maia e Jô Gondar partem do referencial psicanalítico para articular o termo pequenas memórias com a categoria do trauma. Privilegia assim, dentro da psicanálise, a ideia do fragmentário e a memória fora das representações, para tal, parte especialmente dos estudos de Sandór Ferenczi, e de sua articulação com Walter Benjamin, principalmente no que toca seu posicionamento frente às catástrofes e aos restos e fragmentos por ela deixados.

Passamos da realidade fragmentada do trauma, para os fragmentos que constituem a imagem cinematográfica. O ensaio **“Hollywood e sua metamemória cinematográfica”** de Isabela Gonçalves Farias e Lobélia da Silva Faceira evidencia que as impressões das imagens capturadas, estáticas pela fotografia, ou em movimento no cinema, formam um conjunto, histórico, representativo, interpretativo, narrativo e imaginário acerca dos fatos ocorridos, que surgem, de alguma forma, retratados por lentes óticas e olhares, com o intuito de capturar da realidade, um de vários arranjos e montagens imagéticas, para sustentar determinada versão da história. As imagens, com seus recortes, tem o poder de levar significações a acontecimentos, e produzir uma determinada temporalidade classificada por nós de maneira cronológica em passado, presente e futuro. De forma que o virtual dá corpo, tempo e vida constituindo uma determinada realidade.

Se o cinema tem o poder de fazer viver uma realidade, o artigo **“Remakes cinematográficos: a violência em uma cultura da cópia no século XXI”** de Johanna Gondar Hildenbrand e Francisco Ramos de Farias, analisa a exacerbação de uma violência estética na prática dos remakes e discute o consumo de imagens violentamente impostas no

que Andreas Huyssen chamou de “cultura da cópia”, investigando as consequências que essa imposição, traz para a construção de nossa memória, através da imagem.

Se a exposição à violência é uma questão contemporânea, a aceleração do tempo também o é. O artigo **“Rememoração produtiva ou criativa?: reflexões sobre as interfaces entre memória, criação e aceleração temporal”** de Renée Louise Gisele da Silva Maia, aponta que a aceleração do tempo vivida pelas sociedades ocidentais contemporâneas impõem uma condição paradoxal à relação entre tempo e memória. Para discutir a articulação entre velocidade, rememoração e criação, a autora também dialoga com Andreas Huyssen, além de se valer da filosofia intuicionista de Henri Bergson, e de posicionamentos de Baudelaire.

Fechamos nossa edição com o artigo **“O desenvolvimento entre a intuição e a inteligência: uma breve captura do que há de político no pensamento de Bergson”** de Pedro Augusto Boal Costa Gomes e Jô Gondar, que defende uma perspectiva política para o pensamento de Henri Bergson. O autor aponta que, embora o pensamento de Bergson seja estranho à teoria política, há uma possível apropriação política de sua obra através do desacordo entre as duas faculdades humanas enunciadas por Bergson, a intuição e a inteligência. A teoria de Jacques Rancière acerca da “partilha do sensível” parece fornecer os conceitos chaves para tal apropriação.

Convidamos todos os nossos leitores a saborearem essa edição, e esperamos que a leitura possa produzir efeitos de uma resistência subversiva e criativa!

© 2015 *Psicanálise & Barroco em revista*
www.psicanalisebarroco.pro.br
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.
Memória, Subjetividade e Criação.
www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php
revista@psicanalisebarroco.pro.br / www.psicanalisebarroco.pro.br/revista